



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3  
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA  
Núcleo de Negociações

## TERMO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL

**UNIÃO - FAZENDA NACIONAL**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ n.º 00.394.460/0117-71, com sede na Alameda Santos, n.º 610, Jardim Paulista, São Paulo/SP, neste ato representada pelos Procuradores da Fazenda subscritores, habilitados nos termos do art. 131 da Constituição Federal e da Lei Complementar n.º 73/1993, doravante denominada “Fazenda Nacional”; e

**AVOA TRANSPORTES LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 04.211.681.0001-98 com sede na Avenida Jacinto Ferreira De Sá, n.º 135-A – Vila Christoni – CEP: 19911-720 – Ourinhos/SP, neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, doravante denominada “Requerente”.

**AUTO DE VIAÇÃO OURINHOS ASSIS LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, pessoa jurídica de direito privado, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 53.416.038.0001-06 com sede na Avenida Jacinto Ferreira De Sá, n.º 115, – Vila Christoni – CEP: 19911-720 – Ourinhos/SP, neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, doravante denominada “Requerente”.

Cada uma das partes também denominada, individualmente, “Parte” e, conjuntamente, “Partes”, têm justo e acertado o disposto a seguir.

As Partes firmam o presente Termo de Transação Individual (“Transação”), com fundamento no art. 171 da Lei n.º 5.172/1966 (Código Tributário Nacional, CTN), na Lei n.º 13.988/2020 e na Portarias PGFN n.ºs 2.382/2021 e 6.757/2022.

### 1. DO OBJETO DA TRANSAÇÃO E DO PASSIVO FISCAL

1.1. A presente Transação tem por finalidade a regularização fiscal dos débitos da Requerente, a redução de litígios e o cumprimento do plano de recuperação judicial nos autos do processo n.º 1005247-50.2021.8.26.0408, em trâmite perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Ourinhos-SP, consistente em:



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3  
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA  
Núcleo de Negociações

1.1.1. Plano de amortização da totalidade dos débitos em aberto do contribuinte inscritos em Dívida Ativa da União (DAU);

1.1.2. Oferecimento e aceitação de garantias;

1.2. O passivo fiscal transacionado da Requerente é composto pelos débitos e respectivos processos administrativos não regularizados indicados no Anexo I.

1.3. Enquanto vigente a Transação, a dívida consolidada e transacionada ficará com a exigibilidade suspensa em virtude do parcelamento, nos termos do art. 151, VI, do CTN e conforme previsão do art. 3º, §2º da Lei 13.988/2020.

## 2. DO PLANO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA TRANSACIONADA

2.1. Considerando: a) a situação econômica da Requerente; b) a necessidade de viabilizar a superação da sua situação transitória de crise; c) os valores envolvidos, a situação das dívidas e o *rating* D das Requerentes, serão concedidas as seguintes condições para adimplemento da Dívida Transacionada, discriminadas em tabela constante do Anexo II:

2.1.1. Pagamento de entrada de 4% (quatro por cento) sobre o valor consolidado dos débitos negociados, sem desconto, a ser parcelado em 12 meses;

2.1.2. Nas modalidades DEMAIS e PREV, desconto de 30% (trinta por cento) a cada uma das CDAs, individualmente, vedada a redução do montante principal, sendo o desconto aplicado de forma proporcional sobre os acréscimos legais (multa, juros e encargos);

2.1.3. Parcelamento do saldo devido na modalidade DEMAIS em até 108 (cento e oito) prestações mensais e sucessivas, conforme Anexo II, todas com vencimento no último dia útil de cada mês, iniciando-se no mês de assinatura deste Termo;

2.1.4. Parcelamento do saldo devido na modalidade PREV em até 48 (quarenta e oito) prestações mensais e sucessivas, conforme Anexo II, todas



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3  
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA  
Núcleo de Negociações

com vencimento no último dia útil de cada mês, iniciando-se no mês de assinatura deste Termo;

**2.1.5.** Utilização de crédito no valor de R\$ 7.128.363,47 (sete milhões, cento e vinte e oito mil, trezentos e sessenta e três reais e quarenta e sete centavos), a título de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da CSLL, para amortização do saldo devedor da conta previdenciária, após a aplicação dos descontos;

**2.1.6.** A cobrança do saldo liquidado com uso de créditos decorrentes de prejuízo fiscal ficará suspensa até a confirmação dos créditos utilizados pela autoridade competente, dentro do prazo legal de cinco anos da sua utilização, mantendo-se as garantias dos débitos eventualmente existentes até a quitação integral do saldo devedor do Acordo de Transação.

**2.1.7.** O valor de cada amortização mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial e atualizada do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da assinatura do presente Acordo até o mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

2.2. Eventuais créditos que a Requerente venha a dispor, por precatório, levantamento de depósito judicial ou qualquer outro meio, perante a União, deverão ser direcionados para adimplemento dos saldos devedores da Transação. Estes mesmos créditos, quando obtidos perante outros entes federados, poderão ser direcionados para adimplemento dos saldos devedores da Transação.

2.3. A formalização da Transação importa em confissão irrevogável e irretratável dos débitos objeto do negócio, nos termos do art. 174, § único, IV, do Código Tributário Nacional (CTN), servindo para suspender e interromper o prazo prescricional em relação a todos os débitos objeto do Acordo, a cada pagamento efetuado, ainda que a guia de arrecadação seja parcial.

2.4. A Dívida Transacionada somente será extinta quando integralmente cumpridos os requisitos previstos no momento da celebração desta Transação.

A handwritten signature in blue ink is located on the right side of the page, next to the text of paragraph 2.2. The signature is stylized and appears to be a single continuous stroke.





Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3  
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA  
Núcleo de Negociações

### **3. DAS GARANTIAS**

**3.1.** A transação será garantida por 2 (dois) bens imóveis. O primeiro matriculado sob o nº 8.034 (CRI de Cândido Mota/SP), de propriedade de AUTO DE VIAÇÃO OURINHOS ASSIS LTDA, avaliado em R\$ 1.660.635,00 e o segundo matriculado sob o nº 24.254 no CRI de Paraguaçu Paulista, de propriedade da AVOA TRANSPORTES LTDA, avaliado em R\$ 2.980.028,00

**3.2.** No prazo de 30 dias da assinatura do presente termo, as Requerentes se comprometem a formalizar a garantia ofertada, através do oferecimento dos bens imóveis à penhora nos autos da execução fiscal nº 5000931-16.2021.4.03.6125, em trâmite perante a 1ª Vara Federal de Ourinhos.

**3.3.** As garantias deverão ser mantidas até o total cumprimento da Transação, momento em que serão consideradas liberadas, mediante concordância da Fazenda Nacional nos autos da execução fiscal nº 5000931-16.2021.4.03.6125.

**3.4.** Além da garantia constante do item 3.1, a formalização do presente acordo implica na manutenção automática dos gravames decorrentes de arrolamento de bens, de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas administrativamente ou nas ações de execução fiscal ou em qualquer outra ação judicial.

### **4. DA POSSIBILIDADE DE ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DADOS EM GARANTIA**

**4.1.** Os imóveis referenciados na cláusula 3.1 poderão ser objeto de alienação pela Requerente, mediante prévia anuência da Fazenda Nacional.

**4.2.** A alienação dos imóveis listados na cláusula 3.1, livre de qualquer ônus para o adquirente, fica condicionada à inclusão da Fazenda Nacional como interveniente anuente do contrato de compra e venda e o valor arrecadado destinado à quitação das parcelas vincendas da presente transação.

**4.3.** As Requerentes anuem com a utilização do sistema COMPREI, nos termos da Portaria PGFN/ME nº 3.050/2022 e pela Instrução Normativa CGR nº 40/2022, para eventual alienação dos bens imóveis já penhorados em Execuções Fiscais.





## 5. DOS LITÍGIOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS

5.1. As Requerentes reconhecem e confessam, de forma irrevogável e irretratável, a Dívida Transacionada, bem como sua responsabilidade pelo pagamento dela, confessão essa renovada a cada pagamento periódico, abstendo-se de discuti-las em ação judicial presente ou futura.

5.2. As Requerentes reconhecem a corresponsabilidade entre si, em relação a todos os débitos tratados nesta transação individual, listados no Anexo I, nos termos dos arts. 124, I, 132 e 133 do CTN;

5.3. Expressa e irrevogavelmente, as Requerentes desistem das impugnações, PRDIs ou dos recursos interpostos, e das ações judiciais que tenham por objeto a Dívida Transacionada e, cumulativamente, renunciam a quaisquer alegações de direito, atuais ou futuras, sobre as quais se fundam a discussão judicial, incluídas as coletivas, ou recursos que tenham por objeto a Dívida Transacionada, o que deverá ser feito por meio de requerimento de extinção do respectivo expediente e/ou processo com resolução de mérito, nos termos da alínea "c" do inciso III do caput do art. 487 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil.

5.4. A desistência e a renúncia de que trata a cláusula anterior não exime as Requerentes do pagamento dos honorários advocatícios e custas processuais devidos.

5.5. Em até 60 (sessenta) dias após a assinatura deste termo, as Requerentes deverão peticionar nos processos judiciais relativos à Dívida Transacionada, para noticiar ao juízo a celebração desta Transação, desistir da impugnação, recurso ou ação e renunciar aos direitos sobre os quais se fundam, confessando a dívida de forma irrevogável e irretratável.

5.6. Durante o período de vigência desta Transação, a Fazenda Nacional não se oporá à suspensão das execuções fiscais e não serão adotadas outras medidas executivas, além das previstas no presente instrumento.

5.7. Os depósitos judiciais eventualmente vinculados aos débitos e ações judiciais objeto do presente Acordo serão imediatamente transformados em pagamento definitivo ou convertidos em renda da União, com a devida imputação dos respectivos valores nas CDAs, antes da consolidação da conta de Transação.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3  
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA  
Núcleo de Negociações

## 6. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

### 6.1. A Fazenda Nacional obriga-se a:

- 6.1.1. Presumir a boa-fé das Requerentes em relação às declarações prestadas no momento da formalização da transação;
- 6.1.2. Notificar as Requerentes sempre que verificada hipótese de rescisão da transação, com concessão de prazo para regularização do vício;
- 6.1.3. Tornar públicas todas as negociações firmadas com as Requerentes, bem como as respectivas obrigações, exigências e concessões, ressalvadas as informações protegidas por sigilo.
- 6.1.4. Prestar às requerentes os esclarecimentos que se fizerem necessários no curso da transação;

### 6.2. As Requerentes aceitam as condições da transação e assumem as seguintes obrigações:

- 6.2.1. Declarar, sob as penas da lei, que preenchem os requisitos da Lei 13.988/2020 para gozo dos benefícios específicos da presente modalidade de transação;
- 6.2.2. Fornecer, sempre que solicitado, informações sobre bens, direitos, valores, transações, operações e demais atos que permitam à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional conhecer sua situação econômica ou eventuais fatos que impliquem a rescisão do acordo;
- 6.2.3. Não utilizar a Transação de forma abusiva ou com a finalidade de limitar, falsear ou prejudicar de qualquer forma a livre concorrência ou a livre iniciativa econômica;
- 6.2.4. Declarar que não utiliza pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Pública Federal;
- 6.2.5. Declarar que não alienou ou onerou bens ou direitos com o propósito de frustrar a recuperação dos créditos inscritos;



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3  
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA  
Núcleo de Negociações

6.2.6. Declarar que as informações cadastrais, patrimoniais e econômico-fiscais prestadas à administração tributária são verdadeiras e que não foram omitidas informações quanto à propriedade de bens, direitos e valores;

6.2.7. Autorizar o acesso da Fazenda Nacional às suas declarações e escritas fiscais;

6.2.8. Manter regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

6.2.9. Não distribuir dividendos aos acionistas acima do mínimo legal;

6.2.10. Regularizar, no prazo de 90 (noventa) dias, os débitos que vierem a ser inscritos em Dívida Ativa ou que se tornarem exigíveis após a formalização da Transação;

6.2.11. Não alienar, no curso da Transação, bens ou direitos próprios que possam inviabilizar ou reduzir significativamente a capacidade de pagamento dos compromissos assumidos neste termo, sem proceder à devida comunicação à Fazenda Nacional, bem como demonstrar a ausência de prejuízo ao cumprimento das obrigações contraídas com a celebração da transação em caso de alienação ou de oneração de bens ou direitos integrantes do respectivo ativo não circulante;

6.2.12. Manter-se regular e em dia com as Transações e Parcelamentos em curso, quitando mensalmente as parcelas devidas;

6.2.13. Manter, durante 5 anos, os livros e os documentos exigidos pelas normas fiscais, inclusive comprobatórios dos montantes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL, promovendo, nesse caso, a baixa dos valores nos respectivos livros fiscais.

6.2.14. Declarar a inexistência de outros créditos líquidos e certos em desfavor da União, reconhecidos em decisão judicial transitada em julgado, ou precatórios federais expedidos em favor do contribuinte.

A handwritten signature in blue ink is located on the right side of the page, next to the text of item 6.2.13. The signature is stylized and appears to be a single continuous stroke.





Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3  
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA  
Núcleo de Negociações

## 7. HIPÓTESES DE RESCISÃO

### 7.1. Implicará rescisão da Transação:

7.1.1. A permanência de 3 (três) parcelas não quitadas integralmente, consecutivas ou não;

7.1.2. A constatação, pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial do sujeito passivo como forma de fraudar o cumprimento da transação, ainda que realizado anteriormente a sua celebração;

7.1.3. A decretação de falência ou de extinção, pela liquidação, da Requerente;

7.1.4. A concessão de medida cautelar fiscal, nos termos da Lei nº 8.397/1992;

7.1.5. A declaração de inaptidão da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), nos termos dos arts. 80 e 81 da Lei nº 9.430/1996;

7.1.6. O descumprimento das obrigações formais e materiais para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

7.1.7. O não peticionamento nos prazos previstos, pela Requerente, nos processos administrativos e judiciais relativos à Dívida Transacionada, para:  
a) noticiar aos juízos a celebração do acordo de transação individual; b) confessar de forma irrevogável e irretratável os débitos; c) solicitar a transformação em pagamento definitivo dos valores bloqueados e/ou depositados nas ações judiciais objeto do presente acordo;

7.1.8. O descumprimento ou cumprimento irregular de qualquer cláusula ou condição deste termo de transação, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias da notificação.

7.1.9. A constatação, pela Fazenda Nacional, de que foram inverídicas as declarações formalizadas no Transação ou prestadas no curso das negociações, inclusive com relação aos documentos contábeis e fiscais;



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3  
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA  
Núcleo de Negociações

7.1.10. A constatação, pela Fazenda Nacional, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial da Requerente como forma de fraudar o cumprimento da Transação;

7.1.11. A comprovação de que a Requerente se utiliza de pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Nacional;

7.1.12. A comprovação de que a Requerente incorreu em fraude à execução, nos termos do art. 185 do CTN, e não reservou bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita;

7.1.13. A não confirmação do Prejuízo Fiscal e/ou da Base de Cálculo Negativa pela autoridade competente, nos termos do art. 39 da Portaria PGFN nº 6.757/22, sem o correspondente recolhimento, via DARF, em até 30 dias, da diferença apontada;

**7.2.** A rescisão da transação implicará:

7.2.1. A exigibilidade imediata da totalidade dos débitos confessados e ainda não pagos, com o prosseguimento das execuções fiscais relacionadas aos créditos cuja exigibilidade estava suspensa, inclusive com a possibilidade de prática de atos de constrição e de alienação pelos juízos que as processam, deduzidos os valores pagos, exceto se decretada a falência da Requerente;

7.2.2. A execução automática das garantias;

7.2.3. A revogação de Certidão de Regularidade Fiscal emitida durante o curso do Acordo;

7.2.4. A formalização de Representação Fiscal para fins penais nas hipóteses legalmente previstas;

7.2.5. A faculdade de a Fazenda Nacional requerer a convolação da recuperação judicial em falência.

**7.3.** Rescindida a Transação, é vedada, pelo prazo de 2 (dois) anos contados da data da rescisão, a formalização de nova transação, em qualquer modalidade, ainda que relativa a débitos distintos, nos termos do art. 77, III, da Portaria PGFN nº 6.757/2022.

A handwritten signature in blue ink is located on the right side of the page, next to the text of item 7.2.3.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3  
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA  
Núcleo de Negociações

**7.4.** A Requerente será notificada sobre a incidência de alguma das hipóteses de rescisão da Transação, por meio eletrônico, através do portal REGULARIZE ou de endereço eletrônico lá cadastrado.

**7.5.** A Requerente poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, regularizar o vício ou apresentar impugnação, preservada a Transação em todos os seus termos durante esse período.

7.5.1. A impugnação deverá ser apresentada pela plataforma REGULARIZE e deverá trazer todos os elementos que infirmem as hipóteses de rescisão, sendo possível a juntada de documentos.

7.5.2. Apresentada a impugnação, todas as comunicações ulteriores serão realizadas por meio da plataforma REGULARIZE, cabendo à Requerente acompanhar a respectiva tramitação.

7.5.3. A impugnação será apreciada pelo Procurador da Fazenda Nacional da unidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional onde o acordo foi proposto, observadas as regras internas de distribuição de atividades.

7.5.4. A Requerente será notificada da decisão por meio da plataforma REGULARIZE, sendo-lhe facultado interpor recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias, com efeito suspensivo.

7.5.5. O recurso administrativo deverá ser apresentado através da plataforma REGULARIZE e expor, de forma clara e objetiva, os fundamentos do pedido de reexame, atendendo aos requisitos previstos na legislação processual civil.

7.5.6. Caso não haja reconsideração pela autoridade responsável pela decisão recorrida, o recurso será encaminhado à autoridade superior.

7.5.7. A autoridade competente para o julgamento do recurso será o Procurador-Chefe da Dívida na 3ª Região.

7.5.8. Importará renúncia à instância recursal e o não conhecimento do recurso eventualmente interposto, a propositura, pela Requerente, de qualquer ação judicial cujo objeto coincida total ou parcialmente com a irresignação.

**7.6.** Enquanto não definitivamente julgada a impugnação à rescisão da Transação, a Requerente deverá cumprir todas as exigências do acordo.

A handwritten signature in blue ink is located on the right side of the page, next to the text of item 7.5.5.





Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3  
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA  
Núcleo de Negociações

7.7. Julgado procedente o recurso, tornar-se-á sem efeito a circunstância determinante da rescisão da Transação.

7.8. Julgado improcedente o recurso, a Transação será definitivamente rescindida.

## **7. DA CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL**

7.1. A dívida inscrita transacionada não constituirá impedimento à emissão de certidão negativa ou de certidão positiva com efeitos de negativa em favor das Proponentes, desde que considerados cumpridos os requisitos previstos nos artigos 205 e 206 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), enquanto vigente o acordo e o pagamento das parcelas estiver regular.

7.2. Nos termos do art. 156, III, do CTN, os débitos objeto da transação individual somente serão extintos quando integralmente cumpridos os requisitos previstos no momento da celebração do acordo, inclusive a confirmação do Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa pela autoridade competente.

## **8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

8.1. A celebração do presente acordo de transação não dispensa o recolhimento das obrigações tributárias correntes devidas pelas Requerentes, nem mesmo o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal.

8.2. A celebração desta transação não impede a regular incidência de juros, pelo índice legal vigente para a atualização dos créditos tributários da União, e demais acréscimos legais sobre os débitos transacionados.

8.3. A Transação foi autorizada na forma prevista nos artigos 60 a 61 da Portaria PGFN nº 6.757/2022 (SEI nº 19805.100001/2023-11) e começa a produzir efeitos na data de sua assinatura pelas Partes.

8.4. Fica eleito o foro da Seção Judiciária de São Paulo para dirimir questões relativas ao presente termo de Transação.

8.5. Os casos omissos observarão o disposto na Portaria PGFN nº 6.757/2022.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3  
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA  
Núcleo de Negociações

## 9. DOS ANEXOS

9.1. São parte integrante da Transação os seguintes Anexos:

**Anexo I:** Relação das Certidões de Dívida Ativa incluídas na Transação;

**Anexo II:** Plano de pagamento acordado;

**Anexo III:** Matrículas e Avaliação dos imóveis oferecidos em garantia;

São Paulo, 15 de junho de 2023.

  
**LUCIANA ALMEIDA SILVEIRA**

Procuradora da Fazenda Nacional

  
**DARLON COSTA DUARTE**

Coordenador-Geral de Estratégias de  
Recuperação de Créditos

  
**GABRIEL AUGUSTO LUIS TEIXEIRA**

**GONÇALVES**

Procurador-Chefe da Dívida Ativa na 3ª Região

  
**AVOA TRANSPORTES LTDA**

CNPJ 04.211.681.0001-98

  
**AUTO VIAÇÃO OURINHOS ASSIS LTDA**

CNPJ 53.416.038.0001-06

### ANEXO I - CDAs incluídas na Transação

PSFN/PFN Responsável	Número de Inscrição	Número Processo Administrativo	Situação da Inscrição
3ª REGIÃO	80 7 14 022291-88	13830 500459/2014-91	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 6 14 100257-34	13830 500460/2014-16	Em cobrança





Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3  
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA  
Núcleo de Negociações

3ª REGIÃO	80 2 15 003970-89	13831 720097/2015-24	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 6 15 057736-22	13831 720097/2015-24	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 15 003818-02	13830 400279/2014-19	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 6 16 170701-78	13830 503296/2016-61	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 16 142467-18	13830 503297/2016-13	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 2 16 095250-30	13830 503298/2016-50	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 5 17 005016-71	46256 002214/2016-95	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 23 416773-87	14966 272669/2023-01	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 23 416774-68	14966 272669/2023-01	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 23 416775-49	14966 272669/2023-01	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 20 184055-75	14966 067866/2020-59	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 20 184056-56	14966 067866/2020-59	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 20 184057-37	14966 067866/2020-59	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 20 184058-18	14966 067866/2020-59	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 20 184059-07	14966 067866/2020-59	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 20 184060-32	14966 067866/2020-59	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 20 184061-13	14966 067866/2020-59	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 2 21 041493-31	10136 255188/2021-82	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 21 170566-09	14966 042363/2021-51	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 21 170567-90	14966 042363/2021-51	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 21 170568-70	14966 042363/2021-51	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 21 213312-10	14966 050996/2021-33	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 21 213313-09	14966 050996/2021-33	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 21 213314-81	14966 050996/2021-33	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 2 21 097715-61	10136 694838/2021-10	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 21 509998-60	14966 100738/2021-13	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 21 509999-40	14966 100738/2021-13	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 21 510000-33	14966 100738/2021-13	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 2 21 131042-21	10136 897650/2021-13	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 21 598733-46	14966 109794/2021-13	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 21 598734-27	14966 109794/2021-13	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 22 228034-86	14966 051548/2022-38	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 22 228035-67	14966 051548/2022-38	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 23 080682-53	14966 054092/2023-49	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 23 080683-34	14966 054092/2023-49	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 23 080684-15	14966 054092/2023-49	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 6 14 147389-48	13831 720259/2014-43	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 7 15 007216-13	13830 400030/2014-03	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 2 15 003961-98	13830 400030/2014-03	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 6 15 057730-37	13830 400692/2014-75	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 15 003491-51	13830 400692/2014-75	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 2 15 003965-11	13830 400692/2014-75	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 7 15 012814-04	13830 721246/2015-82	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 6 15 065328-07	13830 721246/2015-82	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 5 15 019984-01	46256 000953/2015-61	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 5 15 019985-84	46256 000955/2015-51	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 6 16 170834-07	13830 504641/2016-83	Em cobrança

*[Handwritten signature]*





Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3  
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA  
Núcleo de Negociações

3ª REGIÃO	80 2 16 095343-74	13830 504642/2016-28	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 5 17 005014-00	46256 002205/2016-02	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 5 17 005027-24	46256 002277/2016-41	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 6 19 120678-40	10136 561979/2019-24	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 2 19 071226-86	10136 561982/2019-48	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 6 19 172680-03	10136 774404/2019-70	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 2 19 100235-37	10136 774407/2019-11	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 2 19 122321-09	10136 937253/2019-77	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 7 20 027646-61	10136 436489/2020-24	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 6 20 120297-20	10136 436490/2020-59	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 20 215208-51	14966 073773/2020-63	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 20 215209-32	14966 073773/2020-63	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 6 21 152081-04	19321 105508/2021-31	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 21 255416-00	14966 058116/2021-77	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 21 255417-82	14966 058116/2021-77	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 21 255418-63	14966 058116/2021-77	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 2 21 076121-80	10136 622006/2021-93	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 6 21 152095-00	10136 622007/2021-38	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 2 21 121914-06	10136 853496/2021-78	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 21 470226-30	14966 072154/2021-32	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 21 470227-10	14966 072154/2021-32	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 21 470228-00	14966 072154/2021-32	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 2 21 135064-51	10136 944542/2021-47	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 21 525091-93	14966 107267/2021-66	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 21 525092-74	14966 107267/2021-66	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 2 21 160496-55	11806 063223/2021-61	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 21 613669-95	14966 118085/2021-11	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 21 613670-29	14966 118085/2021-11	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 5 22 002894-18	46256 000993/2019-37	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 5 22 002897-60	46256 001005/2019-77	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 22 228673-79	14966 052034/2022-08	Em cobrança



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3  
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA  
Núcleo de Negociações

3ª REGIÃO	80 4 22 228674-50	14966 052034/2022-08	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 2 22 042946-19	10136 309743/2022-84	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 6 22 087814-59	19321 062334/2022-96	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 22 234836-80	10136 309760/2022-11	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 23 034322-16	14966 020115/2023-11	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 23 034323-05	14966 020115/2023-11	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 23 034324-88	14966 020115/2023-11	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 2 23 016740-05	10136 140559/2023-94	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 2 23 016970-56	10136 140690/2023-51	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 5 17 005025-62	46256 002275/2016-52	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 19 003489-42	10136 562515/2019-35	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 2 19 071917-34	10136 562518/2019-79	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 6 19 121770-00	10136 562519/2019-13	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 19 203558-80	10136 774439/2019-17	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 20 000710-04	10136 072192/2020-26	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 2 20 007842-60	10136 072193/2020-71	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 6 20 013300-40	10136 072194/2020-15	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 6 20 120660-99	19321 119607/2020-10	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 2 19 069551-70	10136 560597/2019-83	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 19 003252-25	10136 560598/2019-28	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 6 19 118142-00	10136 560600/2019-69	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 2 19 118648-96	10136 916190/2019-15	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 6 19 228049-02	10136 916196/2019-92	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 19 211456-92	10136 916193/2019-59	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 2 20 026844-67	12420 007393/2019-39	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 6 20 117556-80	12420 720895/2019-59	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 2 20 054392-77	12420 720895/2019-59	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 20 063746-45	10136 477195/2020-52	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 7 15 039676-56	13830 502816/2015-37	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 16 002593-59	18208 763779/2007-91	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 2 16 095481-62	13830 504807/2016-61	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 6 15 143051-99	13830 502818/2015-26	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 16 002587-00	18208 119217/2011-92	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 21 606763-89	10136 976502/2021-64	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 6 22 000570-26	13830 450946/2001-81	Em cobrança

*[Handwritten signature]*





Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3  
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA  
Núcleo de Negociações

3ª REGIÃO	80 2 16 021496-02	13830 450946/2001-81	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 6 16 171055-75	13830 504806/2016-17	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 6 12 044462-31	13830 400908/2011-50	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 15 010845-50	13830 502817/2015-81	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 6 16 050680-84	13830 450946/2001-81	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 6 16 021005-48	18208 119217/2011-92	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 08 005568-47	13826 000594/2007-71	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 6 21 117472-64	19321 078323/2021-47	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 7 16 009310-24	18208 119217/2011-92	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 21 196281-70	10136 406063/2021-27	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 6 16 035300-90	18208 139360/2011-09	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 7 16 014934-54	18208 139360/2011-09	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 21 600190-43	10136 978458/2021-27	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 6 12 035882-45	13830 400915/2011-51	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 15 010843-99	13830 502606/2015-49	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 4 21 255613-84	10136 622149/2021-03	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 6 15 143035-79	13830 502607/2015-93	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 6 16 171040-99	13830 504644/2016-17	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 2 16 095472-71	13830 504645/2016-61	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 6 21 152234-13	19321 105534/2021-60	Em cobrança
3ª REGIÃO	80 7 16 055203-40	13830 504643/2016-72	Em cobrança
3ª REGIÃO	121938441	16191 723594/2023-65	Em cobrança
3ª REGIÃO	121938450	16191 723595/2023-18	Em cobrança
3ª REGIÃO	122389212	16191 723596/2023-54	Em cobrança
3ª REGIÃO	122389220	16191 723597/2023-07	Em cobrança
3ª REGIÃO	126348901	16191 723598/2023-43	Em cobrança
3ª REGIÃO	126348910	16191 723599/2023-98	Em cobrança
3ª REGIÃO	126348928	16191 723600/2023-84	Em cobrança
3ª REGIÃO	126348936	16191 723601/2023-29	Em cobrança
3ª REGIÃO	126353638	16191 723602/2023-73	Em cobrança
3ª REGIÃO	126353646	16191 723603/2023-18	Em cobrança
3ª REGIÃO	127591974	16191 723604/2023-62	Em cobrança
3ª REGIÃO	127591982	16191 723605/2023-15	Em cobrança

*[Handwritten signature]*





Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3  
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA  
Núcleo de Negociações

3ª REGIÃO	131176102	16191 723606/2023-51	Em cobrança
3ª REGIÃO	134803787	16191 723607/2023-04	Em cobrança
3ª REGIÃO	134952332	16191 723608/2023-41	Em cobrança
3ª REGIÃO	134954076	16191 723712/2023-35	Em cobrança
3ª REGIÃO	136780113	16191 723616/2023-97	Em cobrança
3ª REGIÃO	139362428	16191 723617/2023-31	Em cobrança
3ª REGIÃO	139431276	16191 723641/2023-71	Em cobrança
3ª REGIÃO	140256288	16191 723713/2023-80	Em cobrança
3ª REGIÃO	141110759	16191 723660/2023-05	Em cobrança
3ª REGIÃO	141110767	16191 723661/2023-41	Em cobrança
3ª REGIÃO	141315520	16191 723618/2023-86	Em cobrança
3ª REGIÃO	141373776	16191 723642/2023-15	Em cobrança
3ª REGIÃO	141380551	16191 723714/2023-24	Em cobrança
3ª REGIÃO	141899697	16191 723619/2023-21	Em cobrança
3ª REGIÃO	141958138	16191 723643/2023-60	Em cobrança
3ª REGIÃO	142344338	16191 723716/2023-13	Em cobrança
3ª REGIÃO	148995063	16191 723644/2023-12	Em cobrança
3ª REGIÃO	149108630	16191 723620/2023-55	Em cobrança
3ª REGIÃO	149108648	16191 723621/2023-08	Em cobrança
3ª REGIÃO	149221380	16191 723645/2023-59	Em cobrança
3ª REGIÃO	150920466	16191 723717/2023-68	Em cobrança
3ª REGIÃO	161603734	16191 723646/2023-01	Em cobrança
3ª REGIÃO	161708811	16191 723622/2023-44	Em cobrança
3ª REGIÃO	162683570	16191 723623/2023-99	Em cobrança
3ª REGIÃO	162725892	16191 723647/2023-48	Em cobrança
3ª REGIÃO	163569959	16191 723624/2023-33	Em cobrança
3ª REGIÃO	171517059	16191 723625/2023-88	Em cobrança
3ª REGIÃO	171517067	16191 723626/2023-22	Em cobrança
3ª REGIÃO	173138110	16191 723662/2023-96	Em cobrança
3ª REGIÃO	179715160	16191 723663/2023-31	Em cobrança
3ª REGIÃO	182970612	16191 723664/2023-85	Em cobrança
3ª REGIÃO	182970620	16191 723665/2023-20	Em cobrança
3ª REGIÃO	185131590	16191 723666/2023-74	Em cobrança
3ª REGIÃO	186745249	16191 723667/2023-19	Em cobrança
3ª REGIÃO	191311022	16191 723648/2023-92	Em cobrança
3ª REGIÃO	351083545	11868 004492/2010-17	Em cobrança
3ª REGIÃO	351083553	11868 004489/2010-95	Em cobrança
3ª REGIÃO	351083561	11868 004491/2010-64	Em cobrança
3ª REGIÃO	351083570	11868 004488/2010-41	Em cobrança
3ª REGIÃO	351653015	11868 004490/2010-10	Em cobrança
3ª REGIÃO	351984941	13826 000851/2008-56	Em cobrança
3ª REGIÃO	362428255	11868 000110/2009-34	Em cobrança
3ª REGIÃO	363643753	16191 723718/2023-11	Em cobrança
3ª REGIÃO	363992855	16191 723673/2023-76	Em cobrança
3ª REGIÃO	363992863	16191 723674/2023-11	Em cobrança
3ª REGIÃO	364027118	16191 723719/2023-57	Em cobrança
3ª REGIÃO	364027126	16191 723720/2023-81	Em cobrança

*[Handwritten signature]*





Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3  
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA  
Núcleo de Negociações

3ª REGIÃO	364036052	16191 723675/2023-65	Em cobrança
3ª REGIÃO	365510610	16191 723721/2023-26	Em cobrança
3ª REGIÃO	365512230	16191 723676/2023-18	Em cobrança
3ª REGIÃO	366096923	16191 723722/2023-71	Em cobrança
3ª REGIÃO	369091558	16191 723677/2023-54	Em cobrança
3ª REGIÃO	369288530	16191 723723/2023-15	Em cobrança
3ª REGIÃO	369288548	16191 723724/2023-60	Em cobrança
3ª REGIÃO	399873325	16191 723709/2023-11	Em cobrança
3ª REGIÃO	399874577	16191 723726/2023-59	Em cobrança
3ª REGIÃO	399874585	16191 723727/2023-01	Em cobrança
3ª REGIÃO	399874593	16191 723729/2023-92	Em cobrança
3ª REGIÃO	427491533	16191 723649/2023-37	Em cobrança
3ª REGIÃO	435713175	16191 723627/2023-77	Em cobrança
3ª REGIÃO	435713183	16191 723628/2023-11	Em cobrança
3ª REGIÃO	435713680	16191 723650/2023-61	Em cobrança
3ª REGIÃO	435713698	16191 723651/2023-14	Em cobrança
3ª REGIÃO	435713728	13826 720414/2014-09	Em cobrança
3ª REGIÃO	435713736	13826 720414/2014-09	Em cobrança
3ª REGIÃO	439927404	16191 723629/2023-66	Em cobrança
3ª REGIÃO	439927412	16191 723630/2023-91	Em cobrança
3ª REGIÃO	439927757	16191 723652/2023-51	Em cobrança
3ª REGIÃO	440277388	16191 723631/2023-35	Em cobrança
3ª REGIÃO	440277396	16191 723632/2023-80	Em cobrança
3ª REGIÃO	440292271	16191 723653/2023-03	Em cobrança
3ª REGIÃO	440292280	16191 723654/2023-40	Em cobrança
3ª REGIÃO	449090434	13826 720414/2014-09	Em cobrança
3ª REGIÃO	449094677	13826 720415/2014-45	Em cobrança
3ª REGIÃO	449094685	13826 720415/2014-45	Em cobrança
3ª REGIÃO	450854841	16191 723633/2023-24	Em cobrança
3ª REGIÃO	450854850	16191 723634/2023-79	Em cobrança
3ª REGIÃO	451028031	16191 723635/2023-13	Em cobrança
3ª REGIÃO	451028040	16191 723636/2023-68	Em cobrança
3ª REGIÃO	454615566	16191 723655/2023-94	Em cobrança
3ª REGIÃO	454615574	16191 723656/2023-39	Em cobrança
3ª REGIÃO	455376158	16191 723637/2023-11	Em cobrança
3ª REGIÃO	455376166	16191 723638/2023-57	Em cobrança
3ª REGIÃO	455393494	16191 723710/2023-46	Em cobrança
3ª REGIÃO	455393508	16191 723711/2023-91	Em cobrança
3ª REGIÃO	455393982	16191 723731/2023-61	Em cobrança
3ª REGIÃO	455393990	16191 723732/2023-14	Em cobrança
3ª REGIÃO	461384116	16191 723657/2023-83	Em cobrança
3ª REGIÃO	478581637	16191 723658/2023-28	Em cobrança
3ª REGIÃO	478581645	16191 723659/2023-72	Em cobrança
3ª REGIÃO	484730541	16191 723733/2023-51	Em cobrança
3ª REGIÃO	484730550	16191 723734/2023-03	Em cobrança
3ª REGIÃO	492996610	16191 723639/2023-00	Em cobrança
3ª REGIÃO	492996628	16191 723640/2023-26	Em cobrança
3ª REGIÃO	556119851	11868 001734/2009-79	Em cobrança



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3  
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA  
Núcleo de Negociações

3ª REGIÃO	556170628	11868 001724/2009-33	Em cobrança
3ª REGIÃO	557448131	11868 001720/2009-55	Em cobrança
3ª REGIÃO	557448182	11868 001184/2009-98	Em cobrança
3ª REGIÃO	557526523	11868.001733/2009-24	Em cobrança
3ª REGIÃO	557526612	11868.001772/2009-21	Em cobrança

## **ANEXO II – Do plano de pagamento**

### **Previdenciário**

<b>Período</b>	<b>Parcelas</b>	<b>%Dívida</b>
Faixa 1 - entrada	1 a 12	4% (sem desconto)
Faixa 2 - saldo	13 a 60	96%

### **Demais**

<b>Período</b>	<b>Parcelas</b>	<b>%Dívida</b>
Faixa 1 - entrada	1 a 12	4% (sem desconto)
Faixa 2 - saldo	13 a 120	96%

## **ANEXO III: Matrículas e Avaliação dos imóveis oferecidos em garantia**